

GÊNERO E POLÍTICA PÚBLICA: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em São Jose da Coroa Grande – PE

Mariana Cristina Mourão Veiga *
Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão *

Resumo

A pesca artesanal se constitui em uma atividade produtiva com características socioeconômica, ambiental e cultural, na qual as pescadoras tradicionais desempenham uma rotina de trabalho fatigante e invisibilizada, que engloba o trabalho produtivo e reprodutivo. Neste contexto de resistência feminista o I Plano Estadual de Políticas Públicas para mulheres rurais de Pernambuco representou um espaço aberto à elaboração e práticas de políticas afirmativas para este segmento social. Entre as conquistas está a criação e implementação da Secretaria da Mulher e a inclusão do segmento pesqueiro do Programa Chapéu de Palha, Política Pública que apresentava em seu plano de meta ações educativas e geradoras de renda para as mulheres rurais. Desta forma, o objetivo da pesquisa consiste em resgatar, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho, a atuação do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal (PCPPA), implementada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-09, no município de São José da Coroa Grande no estado de Pernambuco, em 2015 e 2016. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que dialoga com a teoria feminista, cujas fontes foram coletadas em pesquisa de campo, em consulta do acervo documental da SecMulher. A metodologia incluiu a aplicação de questionários para pescadoras, uma representante da SecMulher e uma representante da Ong executora das ações. O aporte teórico fundamentou-se em Leitão (2014), Manesky (2012) na abordagem sobre gênero e Pesca; Hirata (2016) e Kergoat (2016) sobre divisão sexual do trabalho. Dos resultados obtidos, podemos considerar a importância da Política Pública com transversalidade de gênero e por inserir diálogo sobre os direitos das mulheres em um universo historicamente masculino.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Pescadoras, Políticas Públicas, Gênero, Secretaria da Mulher.

Abstract

Artisanal fishing is a productive activity with socioeconomic, environmental and cultural characteristics, in which traditional fisherfolk perform a fatiguing and invisible work routine, which encompasses productive and reproductive work. In this context of feminist resistance the I State Plan of Public Policies for rural women of Pernambuco represented an open space for the elaboration and practices of affirmative policies for this social segment. Among the achievements is the creation and implementation of the Women's Secretariat and the inclusion of the fishing segment of the Straw Hat Program. Public Policy that presented in its plan of educational and income generating goals for rural women. In this way, the objective of the research is to rescue, from the perspective of the sexual division of labor, the Straw Hat Program of Artisanal Fishing (PCPPA), implemented by the Women's Secretariat of Pernambuco, in the Colony of Fishermen and Fishermen Z- 09, in the municipality of São José da Coroa Grande in the state of Pernambuco, in 2015 and 2016. This is a qualitative research, which dialogues with the feminist theory, whose sources were collected in field research, in consultation with SecMulher's collection of documents. The methodology included the application of questionnaires for fishermen, a representative of SecMulher and a representative of the executing agency of the actions. The theoretical contribution was based on Leitão (2014), Manesky (2012) on the approach on gender and Fisheries; Hirata (2016) and Kergoat (2016) on the sexual division of labor. From the results obtained, we can consider the importance of Public Policy with gender mainstreaming and the insertion of the dialogue on the rights of women in a historically male universe.

Keywords: Artisanal Fisheries, Fishers, Public Policies, Gender, Women's Secretariat

* Engenheira de Pesca, Licenciada em Ciências Agrícolas e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural de Desenvolvimento Local pela UFRPE.

* Doutora em Estudos Iberoamericanos e professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Introdução

Nos registros históricos o homem e a mulher apresentam papéis pré-estabelecidos pela sociedade, o estudo realizado por Oliveira (2012), sobre "A evolução da mulher no Brasil no período da Colônia à República" descreve a participação social da mulher deste período da seguinte forma:

A mulher deveria ser educada para a família com dedicação exclusiva as tarefas no âmbito familiar e na educação dos filhos, ocupando-a por inteiro e confinando-a ao espaço privado familiar, mantendo-se em segundo plano em relação ao homem.

Conforme a citação acima há uma divisão sexual das atividades, na qual a figura masculina está imbuída de poder econômico e de poder hierárquico nas relações com a mulher e os filhos. O que foi historicamente legitimado com o discurso de provedor, assumindo as responsabilidades realizadas nos espaços públicos, enquanto à mulher foi naturalizado o papel reprodutivo que inclui a maternidade e o cuidado. Em que pese os avanços sociais, ainda predomina uma divisão desigual do trabalho doméstico, mesmo quando as mulheres vêm gradativamente ocupando os espaços públicos, obtendo renda própria e exercendo cargos de poder nos espaços públicos.

Na cadeia produtiva da pesca artesanal acontece o que geralmente ocorre em atividades consideradas masculinas, nas quais, aparentemente a força física e a coragem se constituem em atributos sócio e historicamente atribuídos aos homens. As pinturas, as letras de músicas, os informativos fundamentam seus discursos orais e imagéticos na figura da masculinidade do pescador. Por isso, romper este modelo de representação profissional e incluir as mulheres com todos os direitos sociais implica em criação de políticas públicas inclusivas para as mulheres. Além de abrir o debate sobre a realidade pesqueira, na qual está presente alto grau de analfabetismo; o alcoolismo; impactos ambientais; luta pelos territórios pesqueiros², conflitos e violências contra as mulheres que se expressam, inclusive, nas dificuldades de reconhecimento do trabalho delas nesta

cadeia produtiva. Além da falta de políticas públicas, ainda são poucos os dados estatísticos que registram a produção na atividade, validando sua importância.

Entre as consequências desta desigualdade de gênero estão os processos de lutas, resistências e surgimento de movimentos sociais que buscam estabelecer direitos para as mulheres. Ao pesquisar a situação da mulher na pesca artesanal, a desigualdade existente entre homens e mulheres no cotidiano implica na luta contra a invisibilidade do papel exercido pela mulher dentro da dinâmica pesqueira. Conforme Maneschy (2012, p. 722),

[...] o homem e a mulher apresentam saberes diversificados onde as funções exercidas na pesca dependem entre si, na prática, o homem realiza o trabalho da pesca e para agregar valor ao pescado, a mulher realiza o processo de beneficiamento.

A autora chama a atenção de que o trabalho da mulher na pesca artesanal não fica resumido apenas à área de beneficiamento do pescado, elas produzem e remendam redes de pesca; reparo de iscas e linhas; pesca e cultivo de mariscos; comercialização do pescado; às vezes atuam como membros de tripulação; participam no desembarque de pescado; além de diversificarem as fontes de renda na forma de pluriatividades que incluem, por exemplo, artesanato e serviços gerais de limpeza de apetrechos de pesca Maneschy (2012, p. 716).

Vale ressaltar que pescadores e pescadoras são caracterizados como populações tradicionais, com direitos e deveres definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, no Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, no Art. 3o:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; disciplina: "de que maneira e por qual motivo determinadas decisões são tomadas e como tais decisões são transformadas em ação pública (RODRIGUES, 2010, p.30) (grifo da autora)".

As comunidades tradicionais pesqueiras são consideradas excluídas e marginalizadas em suas atividades e modo de vida, embora sejam responsáveis pela redução dos impactos ambientais nos territórios pesqueiros e seu entorno além de serem responsáveis

² A Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro trata-se de um abaixo-assinado que propõe o projeto de lei de iniciativa popular para garantir o direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras.

por aproximadamente 60% da captura e distribuição de pescado do Brasil (IBGE, 2000).

Dessa forma, será que podemos considerar o PNPCT uma ferramenta de luta para os pescadores (as) artesanais e a garantia dos direitos socioeconômicos, culturais, políticos, ambientais? Será que políticas públicas como esta podem contribuir para a visibilidade, valorização e reconhecimento das mulheres nesta profissão?

O objetivo da pesquisa consiste em resgatar, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho, a atuação do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal (PCPPA), implementado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-09, no município de São José da Coroa Grande no estado de Pernambuco, em 2015-2016. Para isso foi resgatada a proposta e implementação do PCPPA, na perspectiva da SecMulher na referida localidade.

A pesquisa justifica-se pela importância em sistematizar informações sobre a política pública na área da pesca artesanal, em um contexto de exclusão das mulheres, dificuldades de acesso aos direitos sociais e aos espaços de poder e decisão. Ressaltamos que se trata de um tema pouco explorado no âmbito pesqueiro, consiste na primeira política pública para a pesca artesanal no Brasil, com recorte de gênero e divisão sexual do trabalho. Outro aspecto relevante refere-se à observação participante como educadora do PCPPA na Colônia de Pescadores Z-09, o que permitiu a vivência com as pescadoras como educadora no referido Programa.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa a respeito do PCPPA, com recorte nas atuações da SecMulher na Colônia de Pescadores Z-09, no município de São José da Coroa Grande (SJCG), a escolha do local para o estudo de caso se deu: 1) pela participação da pesquisadora em algumas edições do PCPPA nesse espaço; 2) por apresentar uma mulher como liderança na colônia de Pescadores; 3) pela participação do município em todas as edições do programa; 4) por haver elevado número de mulheres associadas a essa instituição.

O aporte teórico fundamentou-se em Leitão (2013, 2014, 2015, 2017) e Manesky (2012) na abordagem sobre Gênero e Pesca; Hirata (2016) e Kergoat (2016)

sobre divisão sexual do trabalho; Ramalho (1999), no que se refere ao resgate histórico da atividade pesqueira.

Com relação ao trabalho exercido pelas mulheres, um fator agravante é a invisibilidade no trabalho realizado por elas que não têm direito ao seguro defeso de algumas espécies, além da atividade de mariscagem não ser reconhecida como pesca pelos próprios pescadores. O trabalho de confecção de apetrechos de pesca, beneficiamento do pescado não dá o direito de ter acesso ao defeso, ou seja, o auxílio do governo durante o período de defeso de algumas espécies, não é destinado às mulheres por não serem consideradas pescadoras na categoria da pesca, uma área historicamente e culturalmente machista e, com isso, não adquirem o direito do seguro-defeso (D'AZMINA, 2016), apresentando também dificuldade em acessar direitos previdenciários e trabalhistas, além de linhas de crédito (MELO, 2008; MANESCHY, 2000).

Levando em consideração esses aspectos, a participação da Secretaria da Mulher (SecMulher/PE) no PCPPA merece destaque por apresentar ações educativas através de oficinas de formação que debatem assuntos como: igualdade de gênero, cidadania, políticas públicas, saúde, enfrentamento da violência, renda, entre outros, proporcionando a compreensão sobre os direitos das mulheres violados historicamente, adaptada ao modo de vida e realidade das pescadoras.

Divisão Sexual do Trabalho

O debate sobre Gênero e Feminismos não pode ser dissociado da discussão sobre divisão sexual do trabalho, que levanta a questão sobre o reconhecimento do trabalho realizado pela mulher e pelo homem no âmbito privado e público. É comum a esfera pública destinar-se ao homem que apresenta a função de provedor da família, restando para as mulheres o espaço privado, caracterizado pelo cuidado do lar, do companheiro e filhos. (SOUSA, 2016)

O Movimento Feminista trouxe à tona o debate sobre a divisão sexual do trabalho, contribuindo com a elaboração de políticas públicas de inclusão das mulheres em espaços públicos na sociedade, considerada machista e patriarcal.

A desigualdade de gênero não resulta do comportamento biológico, trata-se de relações resultantes de uma construção social, como afirma Kergoat (2009, p.67):

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo.

Kergoat afirma que as interações são adaptadas conforme o tipo de sociedade, onde, na sociedade capitalista, a mulher assume a função do trabalho doméstico e cuidado com filhos. Dessa forma, as relações de trabalho pré-estabelecidas pelas normas da sociedade patriarcal capitalista reforçam a desigualdade de gênero.

Sobre o mesmo ponto de vista, Cisne (2015) explica que a força de trabalho da mulher é explorada pelo capital considerando as atividades domésticas e de cuidado parental como qualidades, não sendo considerado um trabalho digno de remuneração. Como afirma Lobo (1991, p.150), “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como menos complexo”, caracterizando-se assim como a desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Hirata (2007) define a Divisão Sexual do Trabalho como um entendimento sociográfico que analisa a distribuição diferenciada entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a desigualdade do trabalho doméstico, realizado em sua maioria por mulheres.

Conforme Kergoat (2000):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc)

Ainda segundo a autora, a classificação da Divisão Sexual do Trabalho se dá em duas concepções: 1) Princípio da separação onde culturalmente a mulher recebe o papel da reprodução e a invisibiliza na área de trabalho; 2) O Princípio de Hierarquização onde o trabalho do homem é superior ao da mulher e o coloca

em cargos de representações. Contudo, a luta das pescadoras para se inserirem em espaços de poder como colônias e associações permite a ruptura dessa exclusividade masculina, possibilitando o debate de temáticas até então invisibilizadas.

Na atividade pesqueira, as mulheres exercem uma sobrecarga de trabalho que engloba o trabalho doméstico, cuidado com filhos e companheiro, atividade de mariscagem e, em alguns casos, a inserção de trabalho secundário ou sazonal para elevar a renda da família, alcançando uma melhor qualidade de vida, apresentando-se como uma rotina de trabalho intensa.

Como asseguradas especiais³, as pescadoras para acessarem o direito à aposentadoria, precisam comprovar quinze anos de atividade exclusiva na pesca artesanal. É por esse motivo que os trabalhos secundários, sendo regularizados através da carteira de trabalho, podem causar prejuízo na contagem do período trabalhado, além da perda de benefícios como o Programa Bolsa Família e o PCPPA.

Por esse motivo, o PCPPA realiza a formação econômica e produtiva com foco na melhoria de vida, geração de renda e autonomia financeira, entendendo que essa formação atrelada ao acesso à informação e aos direitos, fortalece a luta das mulheres para o enfrentamento do machismo e patriarcado reduzindo a situação de desigualdade.

A Política Pública: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal (PCPPA)

Miguel Arraes de Alencar, consagrado pelos trabalhadores rurais em líder político de Pernambuco, no séc. XX, filho de produtores rurais, nascido em 1916 em Araripe/Ceará, apresentava o objetivo político de retirar a população brasileira da miséria. Em 1962, candidatou-se ao governo do Estado de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST) e concretizou o "Acordo do Campo" numa aproximação direta com os trabalhadores rurais. Com o golpe militar de 1964, foi

³ Conforme Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Para aprofundamento do tema, consta o artigo: “A Regulação Jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho das pescadoras. Disponível no link: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>

exilado durante 15 anos na Argélia e, em 1979, após Anistia Política, retornou ao Brasil, sendo aclamado por cinquenta mil pernambucanos que o denominavam de "Pai Arraia" (RABELO 2013, p. 15)

No ano de 1986, Miguel Arraes ganhou a candidatura pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e continuou o seu trabalho, implantando a política pública com os agricultores familiares através dos programas: "Vaca na Corda" e "Chapéu de Palha"⁴ visando atender cortadores de cana durante o período de entressafra da cana-de-açúcar e fornecendo um salário mínimo para manter a renda familiar (RABELO 2013, p. 16). O Programa tinha como objetivo auxiliar na renda familiar dos cortadores de cana na época de entressafra, que em troca desempenhariam trabalhos braçais como manutenção de estradas, manutenção de locais públicos.

Posteriormente, a política pública do PCP foi resgatada no governo de Eduardo Campos. Dados da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG informam que em 2007, o projeto é retomado para trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, através da Lei Estadual nº13.244 e, em 2009, com a inclusão dos trabalhadores da fruticultura irrigada, pela Lei Estadual nº 13.766, por apresentarem as mesmas características de dificuldades com o desemprego no período de entressafra.

O governador Eduardo Campos retoma o PCP garantindo o recebimento de uma bolsa por quatro meses, exigindo como contrapartida do trabalhador a participação na capacitação profissional, com a finalidade de garantir acesso ao conhecimento e aumentar a renda familiar, inicialmente pensado somente para os homens. No entanto, com as reivindicações existentes dos Movimentos Sociais, a segunda alteração na lei tratou da inclusão das mulheres.

Desta forma, a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco, tendo como secretária Cristina Buarque, estruturou o Projeto de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, específico no âmbito do PCP, inicialmente, na Zona Canavieira e na Fruticultura, denominado "Chapéu de Palha

Mulher", projeto que apresenta como meta a realização de cursos de formação sociopolítica somado com a formação profissional.

Em 2012, após a luta de pescadores (as) junto ao Movimento de Pescadores, através da ocupação de espaços públicos e negociações, o Governo do Estado de Pernambuco, durante a gestão do então Governador Eduardo Campo, realizou a inserção desta categoria no PCP. Assim, a pesca artesanal foi incluída nas ações de políticas públicas, semelhante a outros segmentos, a exemplo da cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada. O discurso governamental afirma oferecer atividades de valorização à cidadania e oficinas de capacitação profissional que possibilitem a geração de renda durante o período de inverno no Nordeste brasileiro, caracterizado pela impossibilidade de pesca por motivos que oferecem risco ao pescador e pescadora como o vento forte e grande incidência de chuvas.

Para acessar a política pública do PCPPA, homens e mulheres devem exercer a atividade pesqueira como a única fonte de renda e trabalho e serem registrados, devidamente, em categorias da classe como Colônia de Pescadores e Pescadoras, Associações ou Cooperativas e, obrigatoriamente, portadores (as) do Registro Geral da Pesca – RGP, conhecida popularmente como "carteira do pescador", item posto como obrigatório à participação do PCPPA a partir do ano de 2016, enquanto nos anos anteriores a apresentação do Protocolo de solicitação da RGP.

Os (as) beneficiários (as), devidamente cadastrados (as) adquirem uma bolsa no valor de R\$256,52 por mês, durante o período de quatro meses (complemento da Bolsa Família), sendo esse um valor máximo, somando-se com a Bolsa família, além de participarem de cursos de formação disponibilizados pelo Programa. Sendo assim, a reivindicação das mulheres do PCPPA é a ocorrência da complementaridade de valores do Programa Federal Bolsa Família em relação ao Programa do governo do Estado de Pernambuco, problema existente na colônia Z-09, onde as mulheres estão cadastradas no Bolsa Família e recebem um valor inferior em relação aos homens. Considerando que a titularidade do benefício do Programa Bolsa Família é direcionada prioritariamente as mulheres, elas terminam recebendo uma quantia menor do que as dos homens no PCPPA, fato por elas contestado.

De modo geral, o PCPPA é coordenado pela SEPLAG, no entanto, as ações são desenvolvidas basicamente pelas secretarias: Secretaria de Meio Ambiente e

⁴ Denominação geral do programa sem a especificação da categoria.

Sustentabilidade; Secretaria da Mulher, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria de Planejamento e Gestão; Secretaria do Trabalho; Qualificação e Emprego; CPRH- Agência Estadual de Meio Ambiente; Secretaria da Educação; Secretaria da Saúde.

Conforme o Governo do Estado de Pernambuco (2012-2016), o PCPPA estabelece a distribuição de municípios atendidos da seguinte forma: região metropolitana do Recife; Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul; Agreste Setentrional; Agreste Central; Agreste Meridional; Sertão do Moxotó; Sertão do Pajeú; Sertão Central; Sertão do São Francisco; Sertão de Itaparica.

Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco (SecMulher)

Fundada em 2007 e legitimada através da Lei Nº14.264, tornou-se a Secretaria de Estado conhecida como a Secretaria Especial da Mulher, constitui-se em um órgão da administração do Poder Executivo Estadual que se pronuncia com o objetivo de "formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres em Pernambuco" (SECMULHER, 2007). Sendo assim, visa promover melhores condições de vida, o empoderamento feminino e a igualdade de gênero, lutar contra a violência que atinge as mulheres e contra a discriminação aos Movimentos Feministas.

A representante da Secretaria da Mulher, desde 2007 até 2014, responsável pela elaboração de políticas públicas para mulheres no estado de Pernambuco, foi Cristina Buarque que contribuiu para melhoria das condições de vida, debates sobre gênero, a não violência contra a mulher e a saúde feminina. Para visibilizar a atividade exercida pelas mulheres, criou o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero na área de educação para ensino médio e superior, além de participar na II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres e no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher ampliando debates sobre os Feminismos existentes. (PERNAMBUCO, 2014)

A inserção no Programa Chapéu de Palha deu-se através da participação na Comissão Gestora de

Programas, inicialmente para mulheres rurais da Zona Canaveieira e Fruticultura Irrigada, que garantiu a inclusão do tema de gênero para a estrutura familiar através de debates sobre políticas públicas para mulheres e valorização para o trabalho produtivo (PERNAMBUCO, 2010).

Para o trabalho com as mulheres rurais, a SecMulher retomou as atividades na conjuntura do PCPPA com a implantação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, com o intuito de expandir os conhecimentos político, social e profissional das pescadoras.

A SecMulher em parceria com a FASE, estruturaram os cursos de formação abordando conteúdos sobre gênero, divisão sexual do trabalho e formação técnica para elevar a renda familiar e garantir cidadania e dignidade para as mulheres da pesca. Para assegurar a qualidade no processo de aprendizagem das mulheres com filhos (as), a secretaria apresentou diferenciais dentre todas as outras atuantes: 1) dispõem de recreadoras para crianças de 0 a 7 anos, realizando além do trabalho de recreação o desenvolvimento de temáticas estabelecidas no cronograma como: meio ambiente, racismo, gênero e saúde, estimulando o pensamento crítico desde a infância; 2) garantia de transporte para deslocamento das mulheres aos espaços onde são realizados os cursos; 3) proporciona uma alimentação saudável; 4) apresentam material didático baseado na realidade local.

O PCPPA através da SecMulher se mostra diferenciado dos demais, tendo como finalidade valorizar a atividade que apresenta um histórico de precarização, percebido pelo quadro de desigualdades sociais, validada pela falta de investimentos no setor pesqueiro artesanal, onde a elaboração de políticas públicas dialogadas com os sujeitos envolvidos abriria espaço para a desconstrução acerca dos estereótipos da categoria e a valorização do trabalho da mulher. Nesta sessão intencionou-se recuperar brevemente a literatura acerca das políticas públicas, mantendo o foco na primeira etapa do ciclo de políticas públicas. Assim, esta revisão serve de embasamento para que, junto à abordagem do aborto na teoria política, seja possível compreender a relação entre a legalização do aborto e a literatura de Políticas Públicas.

Tendo em vista a metodologia participativa realizada com as educadoras e recreadoras, a organização responsável pela implementação do programa, no aspecto relativo à difusão de metodologias e monitoramento de políticas públicas, trata-se da FASE⁵.

Procedimento Metodológico

A metodologia utilizada está ancorada nos pressupostos da pesquisa exploratória, considerando o ineditismo da política pública na pesca artesanal, com recorte na Divisão Sexual do Trabalho. Foi desenvolvida a partir da coleta de dados documentais da SecMulher-PE nos anos de 2015 e 2016 e entrevistas realizadas com representantes das ONG's, educadoras, além de 12 pescadoras participantes do PCPPA escolhidas de forma aleatória e vinculadas à Colônia de Pescadores Z-09.

A pesquisa foi realizada no município de São José da Coroa Grande, localizada na Zona da Mata Sul de PE e a 125km de Recife capital de Pernambuco, possui uma população de 20.963 habitantes e limitando-se com Barreiros, a sul com o estado de Alagoas (IBGE, 2017). Reconhecida também por apresentar os distritos de Várzea do Una e Abreu do Una e ser considerado um dos atrativos turísticos de reservas biológicas, veraneio, Museu do Una, centros históricos, gastronomia típica e artesanato produzido com conchas, mariscos, búzios e escamas de peixe.

Considerado um território pesqueiro onde é realizado o trabalho por pescadores e marisqueiras e, dentre os municípios dessa região, foi apontado como o local de maior produção pesqueira do litoral sul com 603,2 toneladas de captura de pescado (IBGE, 2010).

A Colônia de Pescadores Z-09

Fundada em 11 de abril de 1922, a Colônia de Pescadores Z-09, com sede na Praça Constantino Gomes 23, localizada no município de São José da Coroa Grande, apresenta, segundo informação da administração da Colônia, aproximadamente um quadro com 1.000 associados onde 450 são mulheres e 550 homens.

Enilde Lima Oliveira é presidente da colônia de pescadores, tendo o seu primeiro mandato em 2010 e, reeleita em 2014, é também representante do Movimento Pesqueiro do Estado. Atua na luta e resistência dos pescadores (as) artesanais sob a ameaça ao território pesqueiro, no reconhecimento das atividades realizadas pelas marisqueiras e seus direitos e reivindicou a participação dos pescadores artesanais no PCPPA. Atualmente, Enilde cumpre mandato de vereadora deste Município.

Com a implementação da Lei Nº 14.492, de 29 de novembro de 2011, que institui o Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, SJCG ficou entre os municípios escolhidos para o programa e teve como executora do projeto, no período de 2012-2016, a atuação da Secretaria da SARA, Secretaria do Trabalho e Secretaria da Mulher. Conforme a pesquisa, a SecMulher-PE foi a única que atuou todos os anos com duas organizações: 1. Associação do Conselho Comunitário de Solidariedade Cidadania de Lagoa do Ouro-PE (SOS Comunidade), no período de 2012-2015 e 2. Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) em 2016.

A atual pesquisa não focou nas ações do CDC sobre o programa por apresentar somente um ano de atuação no projeto, porém esta, em 2016, realizou as mesmas ações da SOS COMUNIDADE.

Coleta de Dados

É uma pesquisa qualitativa, com a utilização de alguns dados documentais quantitativos. O diário de campo foi a primeira técnica utilizada na observação, visto que, os educadores vivenciam o ambiente das pescadoras e marisqueiras. Na sequência, realizou-se a coleta de dados documentais sobre o Programa Social Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, no acervo da

⁵ FASE - Organização não governamental, fundada em 1961, sem fins lucrativos, apresenta como objetivo a implantação de políticas públicas com uma visão crítica para fortalecer a exigibilidade de direitos e ações relacionadas à justiça ambiental. Desde 2012, firmou uma parceria com a SecMulher-PE e organizações do movimento de mulheres para coordenar as ações do Projeto de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no âmbito do Chapéu de Palha da Pesca Artesanal.

SecMulher-PE. Entre os documentos consultados, estão:

- Relatório Final das organizações participantes;
- Plano de Aula: conteúdos, objetivos da aula, metodologia e técnicas para as educadoras e recreadoras, elaborado pela FASE;
- Termo de Referência: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para mulheres Rurais no âmbito do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal.

O levantamento documental do PCPPA contribuiu para acesso ao seguinte material: 1) histórico da SecMulher-PE; 2) acervo fotográfico; 3) depoimentos das mulheres beneficiárias; 4) relato das educadoras e recreadoras; 5) perfil (social e econômico) das marisqueiras; 6) temas abordados em sala de aula 7) técnicas empregadas nas capacitações; 8) justificativa da escolha das organizações 9) valores liberados e gastos, além de contribuir com a elaboração do quadro comparativo dos anos de atuação e as mudanças apresentadas nesse período.

Como assinala Gil (2008, p. 112), “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”, dessa forma, para a realização das entrevistas e aplicação dos questionários foram elaborados roteiros de perguntas para cada tipo de perfil, tentando evitar o desvio de tema proposto para cada um deles.

Em 2015⁶, numa pesquisa piloto, utilizando recurso audiovisual, através do suporte de vídeo, realizamos a gravação de entrevista com 10 marisqueiras, 02 recreadoras e 02 educadoras, onde responderam à pergunta: "Qual a importância do PCPPA?".

Com a finalidade de ampliar e aprofundar as informações do PCPPA na perspectiva da SecMulher-PE, abordando as categorias já mencionadas no objetivo da pesquisa, foram realizadas, em 2016, 18 entrevistas ao total, sendo 12 pescadoras que participaram do PCPPA pela SecMulher; 01 coordenadora da SOS Comunidade; 02 educadoras atuantes em São José da Coroa Grande, Presidente da Colônia de Pescadoras Z-09; responsáveis pela Secretaria da Mulher-PE e FASE.

Na etapa de realização das entrevistas foram realizadas visitas à comunidade para observação da rotina das pescadoras, realização de registro fotográfico com a contínua utilização do diário de campo, além da participação como educadora nos ambientes do curso de formação de educadores/recreadoras e avaliação do PCPPA.

Sujeitos entrevistados

Atualmente o PCPPA apresenta três categorias: Fruticultura, Cana e Pesca Artesanal. A pesquisa foi direcionada para o processo de implementação do PCP – Pesca Artesanal, realizada pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. No processo de coleta de dados foram realizadas entrevistas com as responsáveis pela construção e implementação do PCPPA na perspectiva da SecMulher, Organização responsável pela atuação no município de São José da Coroa Grande e educadoras atuantes no programa (Tabela 02).

Tabela 02: Sujeitos entrevistados em 2016 e 2017

ENTREVISTADO S	INSTITUIÇÃO O	LOCALIZAÇÃO O
PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-09	Colônia de Pescadores e Pescadoras artesanais	Colônia Z-09, São José da Coroa Grande – PE
GERENTE SEC MULHER	Secretaria da Mulher de PE (SecMulher)	Gerente da Articulação e Interiorização de Gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco
COORDENADORA DA SOS COMUNIDADE	Associação do Conselho Comunitário de Solidariedade e Cidadania de Lagoa do Ouro-PE	Município de Lagoa do Ouro – PE
EDUCADORAS ATUANTES NO PCPPA	SOS Comunidade	Recife e São José da Coroa Grande

Fonte: Mariana Veiga

⁶ Tratou-se da nossa aproximação com o objeto de pesquisa e com as mulheres da pesca.

Com o intuito de manter a confidencialidade, os nomes foram omitidos, as mulheres pesquisadas estão associadas à colônia de pescadores Z-09 e participaram dos seguintes cursos de formação: Políticas Públicas; Curso de Artesanato com escama de peixe; Curso de Lã e Cosmético; Curso de Artesanato de Couro Sintético, Formação Sociopolítica e Artesanato com boneca de pano (Tabela 3).

Tabela 3: Pescadoras entrevistadas em 2016

PESCADORA S	IDADE	ESTADO CIV	RAÇA	FILHOS	ESCOLARIDADE
Beneficiária a ⁷ (A)	54	Casada	Negra	02	EMC
Beneficiária (B)	54	Casada	Negra	01	EMC
Beneficiária (C)	37	Solteira	Negra	02	EMC
Beneficiária (D)	57	UE	Negra	03	EFI
Beneficiária (E)	62	Solteira	Branca	00	EFI
Beneficiária (F)	50	UE	Negra	02	E EFI
Beneficiária (G)	47	UE	Negra	04	EFI
Beneficiária (H)	49	Solteira	Negra	01	EMC
Beneficiária (I)	36	Solteira	Negra	01	EMC
Beneficiária (J)	31	Casada	Negra	02	EFI
Beneficiária (K)	42	Casada	Negra	02	EFI
Beneficiária (L)	32	Solteira	Negra	02	EMC

Legenda: UE = União Estável; EFI = Ensino Fundamental Incompleto, EMC = Ensino Médio Completo. Fonte: Mariana Veiga (2016)

⁷Na pesquisa foram usadas duas nomenclaturas: Beneficiárias: para as entrevistadas em 2016 e pescadoras: relatos a partir da consulta documental do relatório final das organizações e na pesquisa exploratória.

Por se tratarem de pescadoras associadas à colônia de pescadores, a sua participação no PCPPA foi garantida por possuírem o documento RGP ou o protocolo de entrada deste, em 2016 o protocolo deixou de ter validade para participação no PCPPA. Desde 2012 as instituições responsáveis pela emissão não geram novos documentos, fato que limita a participação e exclui centenas de pescadores e pescadoras, dentre eles (as) os (as) mais jovens principalmente.

Além dos critérios para a participação do PCPPA, a Colônia de Pescadores Z-09 limita a participação apenas das pescadoras cadastradas que estão com o pagamento da mensalidade da colônia atualizado, gerando assim uma insatisfação entre as pescadoras, visto que a participação no PCPPA se trata de um direito adquirido pela categoria.

Resultados e Discussões

Em Pernambuco, na última década, a resistência das mulheres por melhores condições de vida no trabalho contou com o apoio da Secretaria da Mulher, o que fortaleceu institucionalmente suas conquistas por direitos sociais e também contribuiu para que permanecessem na luta contra uma sociedade machista e patriarcal, especialmente no que concerne ao reconhecimento do seu trabalho.

No caso da pescadora artesanal, foram mapeados estudos no estado de Pernambuco que retratam o modo de vida, as dificuldades enfrentadas pelo reconhecimento social, como por exemplo, dissertações de Santos (2016) “Governança e transversalidade de gênero: o programa Chapéu de Palha na Pesca Artesanal em Itapissuma – Pernambuco”, Amorim (2018) “Na Terra e no Mar: trabalho, meio ambiente e identidade no cotidiano das marisqueiras da praia de Mangue Seco – Igarassu”; Lima (2013) “Transversalidade de Gênero, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma”; Araújo (2010) “Mulher além da Maré: um diálogo cinematográfico entre pesquisa ação, violência e desenvolvimento local vivenciados por pescadoras artesanais do Município de Itapissuma – PE”; Furtado (2010) Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e

sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de pescadores de Itapissuma- PE” e Silva (2007) “Gênero e desenvolvimento local: A Participação das Mulheres na Associação de Pescadores e Moradores na Comunidade de A Ver-o-Mar” .

Destas dissertações acima citadas, apenas Santos (2016) e Lima (2013) resgatam um diálogo sobre gênero e políticas públicas direcionadas às pescadoras artesanais de Pernambuco e apenas uma sobre o Programa Chapéu de Palha – Pesca Artesanal, mas em um município do litoral norte do referido estado. Os dados e análises, compõem pesquisas do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade, CNPq/UFRPE, cujo acervo está, em grande parte, divulgado no site www.gpdeso.com, contribuindo desta forma ao acesso a dados e fotografias dos projetos aprovados em editais.

Em suma, a pesquisa aqui sistematizada sobre política pública no estado de Pernambuco, o Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, descreve uma ação realizada pela SecMulher-PE que desempenha o trabalho de fortalecimento e empoderamento das mulheres rurais.

PCPPA - Cursos de Formação

A formação especialmente política das beneficiárias do CPPA, iniciou com a capacitação, tipo nivelamento, das facilitadoras dos cursos ofertados às pescadoras e pescadores, na implementação do PCPPA pela ONG FASE e monitorado pela SecMulher-PE, foi priorizado o uso de metodologia participativa com as organizações atuantes no projeto para debater pontos relevantes do plano de aula; organizar e planejar ações do projeto e realizar a troca de experiências entre educadoras com o auxílio do documento intitulado "Recomendações Metodológicas para Ação Educativa".

Nesta formação constatou-se a necessidade de nivelar conhecimentos mínimos sobre pesca e direitos das mulheres, no sentido de fortalecer o grupo no que se refere às lutas e resistências relacionadas às violências

contra as mulheres, a partir de debates sobre cidadania e autonomia das mulheres.

A SecMulher-PE definiu os conteúdos programáticos dos cursos, a partir de metodologias participativas, fundamentados na teoria e em diálogo com as lideranças das Organizações participantes, processo cuja implementação foi coordenada nas Colônias de Pescadores/as pela FASE.

Todo este processo contou com as seguintes etapas: primeiro a construção dos planos de trabalho sobre cidadania, políticas públicas e empreendedorismo elaborados na interação SecMulher-PE e FASE; em um segundo momento, realizou-se a etapa de diálogos entre a FASE e as demais organizações que participaram do PCPPA nas Colônias de Pescadores/as, ainda com a participação direta da SecMulher-PE. O objetivo foi criar um discurso afinado a partir da troca de experiências nas aulas formuladas e desenvolver um espaço para construção de novas estratégias de participação das marisqueiras durante o período do curso.

Conforme os conteúdos programáticos estabelecidos no curso de formação para educadoras e facilitadoras foram utilizados vídeos, poesias, textos, livros, músicas para estimular a construção coletiva de pensamento críticos sobre a existência destas trabalhadoras. As atividades ao longo do curso estimulam o diálogo sobre a temática de gênero, feminismo, racismo, divisão sexual do trabalho e saúde da mulher, contribuindo para o desdobramento de temáticas como cidadania e direitos das mulheres, sexualidade, violência contra a mulher, preconceito, corpo e saúde.

Divisão sexual do trabalho na pesca artesanal

A respeito da Divisão Sexual do Trabalho na pesca, utilizou-se a dinâmica da “Construção da Boneca” que reflete na construção coletiva da rotina diária das mulheres no âmbito público e privado relacionado ao contexto da atividade pesqueira. Para isso, as pescadoras refletem sobre os anseios, desejos, a desvalorização por parte dos próprios companheiros, a identidade da mulher na pesca, trabalho realizado, dificuldades da profissão, sentimentos e saúde a partir das seguintes perguntas:

1. O que querem/esperam com o trabalho da pesca?
2. Quem são as pescadoras de hoje?
3. O que mais as deixa indignadas com o trabalho na pesca?
4. Quanto tempo, em média, trabalham, por dia, na pesca? Quanto tempo, em média, trabalham em outras atividades?
5. Quanto tempo, em média, trabalham nas tarefas de casa e no cuidado com a família?
6. O que mais as deixa felizes e tristes no trabalho da pesca?
7. Como é a relação entre as pescadoras? Como é a relação das pescadoras com a Colônia? Como é a relação das pescadoras com as mulheres de outras organizações/instituições?
8. As pescadoras têm algum medo do campo do trabalho?
9. O trabalho na pesca interfere na vida afetiva e sexual? Interfere na sua saúde reprodutiva?
10. Que estratégias estão realizando para enfrentar as dificuldades no trabalho da pesca? Quem contribui com o seu trabalho?
11. Que estratégias podem construir coletivamente?

Trata-se de um momento no qual se pretende que as mulheres se sintam confortáveis e confiantes em expor ao grupo o seu dia-a-dia e junto com outras mulheres, refletirem sobre sua rotina diária. Em alguns casos, existem mulheres que silenciam o discurso possivelmente por falta de prática em trabalho de grupo, por vergonha, acreditando que não se enquadram no debate por perceberem a rotina como natural.

Neste contexto, Leitão explica a percepção das pescadoras da seguinte forma:

Na profissão de pescadora, a relação entre homens e mulheres repete o que ocorre no resto da sociedade: mesmo se esforçando como pescadoras as mulheres não têm o seu trabalho valorizado. Por isso, muitas vezes, elas próprias não conseguem enxergar a importância de seu papel (LEITÃO, 2008, p. 06).

Esta perspectiva das mulheres em certo ponto torna-se limitada e reprodutiva dentro do modelo machista e patriarcal que a sociedade impõe. Sobre este assunto, Sorj (2010, p.5) destaca que “os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado”.

Esta visão é desconstruída em conjunto com a educadora que faz questionamentos relevantes sobre a atual visão de uma pescadora artesanal e se o trabalho é valorizado. Por esse motivo, é necessária uma

educadora capacitada e que saiba da dinâmica do cotidiano na comunidade pesqueira, além de apresentar sensibilidade no reconhecimento de pontos fortes dentro da história de vida das pescadoras.

Na atividade pesqueira esperam melhorar a qualidade de vida, assumir com a pesca a despesa de casa e que o trabalho seja valorizado. Nas narrativas levantam cedo, em média entre 4h00 da madrugada e 06h00 da manhã, se reconhecem como mulheres guerreiras, que lutam todos os dias por melhores condições de vida e igualdade social. A indignação existente é sobre a falta de reconhecimento, descaso com a saúde nos postos médicos, desvalorização no trabalho da pesca e falta de incentivo político. Depois dos afazeres domésticos, com a maré determinando as atividades, trabalham em média 05h00 na mariscagem. A principal preocupação é a forma de escoamento da produção; a violência existente na comunidade contra mulheres e as doenças adquiridas com a exposição ao sol, a diversos tipos de fungos e bactérias, por ser uma atividade desenvolvida muito tempo imersa na água sem a devida proteção.

Uma pesquisa realizada por Sucupira (2016) destaca a importância do uso do tempo entre homens e mulheres quanto à distribuição de deveres, onde o homem realiza o trabalho produtivo e a mulher o reprodutivo. Essa jornada dupla está sendo estudada pelos Movimentos Feministas desde a década de 1970. A autora afirma “tratar-se de uma importante barreira para o desenvolvimento profissional feminino, um elemento que gera sobrecarga na vida de muitas mulheres” (SUCUPIRA, 2016, p. 16).

Balbo (1994) classificou a dupla jornada realizada pelas mulheres como “dupla presença”, definindo-a da seguinte forma:

A dupla presença constitui uma figura historicamente nova, determinada pela soma de duas presenças parciais, meia presença no trabalho, meia presença na família, o que quase esgota para as mulheres qualquer possibilidade de outra dedicação a si mesma, em termos de descanso, distração, reflexão, estudos.

Diante deste contexto, Vasconcelos (2014, p. 13) mostra que as atividades realizadas por homens e mulher são historicamente determinadas. As mulheres são educadas para a maternidade, obediência ao marido e cuidados com familiares. Já a visão masculina é voltada para ocupações de poder econômico e político

além de ter a função de autoridade máxima no ambiente familiar.

O tema de divisão sexual do trabalho entre as mulheres da pesca, debatido no PCPPA, apresenta a compreensão do valor do seu trabalho dentro da cadeia produtiva da pesca e nas outras atividades exercidas em suas residências, porém, em suas falas denominam com uma ajuda e apresentam uma visão de inferioridade na não valorização do seu trabalho doméstico. Em algumas entrevistas, essa relação de “ajuda” era compreendida como contrapartida, sendo configurada uma relação de troca de favores.

Considerações finais

A proposta desta pesquisa consistiu em resgatar, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho, a atuação do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal (PCPPA), implementada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-09.

O Programa Chapéu de Palha foi premiado pela Organização das Nações Unidas, em 2012, quando a instituição reconheceu as ações governamentais de inclusão social que beneficiava mulheres trabalhadoras em Pernambuco.

Isso impulsionou a Secretaria da Mulher de Pernambuco a expandir o Programa Chapéu de Palha aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. O texto buscou situar historicamente a inclusão destas mulheres nesta política pública.

Os dados sobre a rotina de vida das pescadoras são importantes no diálogo com a teoria sobre divisão sexual do trabalho, sobre as desigualdades sociais e sobre as hierarquias de gênero. Outro aspecto importante deste diálogo entre teoria e prática consiste em garantir os direitos, a cidadania e a inclusão produtiva às mulheres pescadoras.

Constatou-se durante a pesquisa a necessidade de realizar a construção de uma política pública em conjunto com as beneficiárias, visando um diálogo horizontal entre governo e comunidades tradicionais pesqueiras, evitando assim o uso da máquina pública na criação de ações assistencialistas.

Alguns aspectos positivos desta política pública se resumem em incluir a perspectiva de gênero em uma política pública na pesca artesanal, também possibilitou por meio do convívio com as mulheres o acesso a dados sobre o cotidiano das mulheres trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal, o PCPPA contribuiu para divulgar junto às beneficiárias as condições de acesso a informações e direitos sociais, muitas vezes por elas desconhecidos, permitiu inserir pautas nos debates que tendem a gerar empoderamento feminino e aumentar o número de mulheres que lutem pela valorização de sua inclusão na atividade.

No que se diz respeito à melhoria nos cursos de formação das educadoras e facilitadoras constatou-se que se faz necessária a inserção das pescadoras nos processos de construção do plano metodológico e na oficina desta formação, possibilitando a exposição do modo de vida dos (as) pescadores (as) artesanais e debatendo as reais demandas da categoria; a necessidade de valorizar a atividade pesqueira, como é o caso da solicitação de cursos voltados para o artesanato com escamas de peixe e beneficiamento do pescado; outro fator importante é acrescentar referências bibliográficas e profissionais, que estejam inseridas em pesquisas sobre gênero e pesca no estado de Pernambuco.

O resgate desta política pública destaca-se ainda pela importância deste debate no momento político atual, no qual o trabalho, a pesca e as mulheres estão alocadas em diferentes ministérios, o que os torna mais vulneráveis à retirada de direitos, além dos crescentes cortes no orçamento para políticas afirmativas e a fragilidade nas iniciativas governamentais no que se refere às políticas públicas para pescadores artesanais.

A pesquisa pode desdobrar outros artigos acadêmicos, nos quais sejam identificadas a voz dos atores sociais aqui mencionados. Pode-se também escrever sobre o impacto desta política pública na vida das mulheres, a exemplo do artigo “Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de PERNAMBUCO” de Assunção, Leitão e Inácio (2012) sobre o Programa Bolsa Família. Outro aspecto a ser aprofundado refere-se aos conteúdos específicos escolhidos para a realização das oficinas e por fim poderia ouvir as

ONGs e as professoras e facilitadoras sobre esta experiência inovadora.

Referências

ARAUJO, S.M. *Mulher além da Maré: um diálogo cinematográfico entre pesquisa ação, violência e desenvolvimento local vivenciados por pescadoras artesanais do Município de Itapissuma – PE*. Dissertação de Mestrado, Recife, POSMEX/UFRPE, 2010.

ASSUNCAO, V.K.; LEITÃO, M.R.F.A.; INACIO, P.H.D. Comer mais e Melhor: Os Impactos do Programa Bolsa Família na Alimentação de Famílias de Pescadoras Artesanais de Pernambuco. *Amazônia: Revista de Antropologia* (Online), v.4, p. 336-353, 2012

BALBO, L. “La doble presencia”, in BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona-Madrid: Fuhem-Icaria, 1994, pp. 505-513.

BUARQUE, C. *Mulheres Rurais e Políticas Sociais: Uma experiência em Pernambuco*. P. 231-234. 2012

CISNE, M. Divisão Sexual do trabalho na ordem “sociometabólica” do capital – uma análise necessária para a emancipação das mulheres. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. P117-140 2ª Edição, Outras Edições. 2015

D'AZMINA. *A luta das pescadoras contra a invisibilidade*. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/06/a-luta-das-pescadoras-contra-a-invisibilidade/>>. Acesso em: 30 junho. 2017.

FURTADO, G. S. *Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir Peixe E Sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre Gênero, Educação e Desenvolvimento Local na comunidade de pescadores de Itapissuma, PE.*, Dissertação de Mestrado, Recife, POSMEX/UFRPE, 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE - Perfil Socioeconômico e Ambiental. *Análise Situacional – São José da Coroa Grande*. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-sjcoroagrande/3.1analise-situacional.pdf>. Acesso em 09 junho 2016

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

LABERGE, J. As naturezas do pescador. In: Diegues, Antônio Carlos. *A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.39-57.

LEITÃO, M. R. F. A. *30 anos do Registro de Pesca para Mulheres*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

LEITÃO, M. R. F. A. *Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local*. - Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008. 18p.

LIMA, C. M.; LEITÃO, M. R. F. A. Mulher Pesca e Cidadania: Uma trajetória de luta. *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil*. Setembro/2012, Teresina-PI.

LIMA, C. M. *Transversalidade de Gênero, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma*, Dissertação de Mestrado, Recife, POSMEX/UFRPE, 2013.

LIMA, C. M. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil). *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, p. 123-134, 2014.

LOBO, E.S. *A Classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 713-737, set/dez/2012.

MANESCHY, M. C. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 84-85, p. 82-91, mar./ago., 2000.

MELO, M. F. M. Políticas Públicas entre pescadores artesanais: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo. In: *Fazendo Gênero8-Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST15/Maria_

de_Fatima_Massena_de_Melo_15.pdf>. Acesso em: 12 Maio. 2017

MINAYO, M. C. S. (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 18a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, p.07-80, 2001.

OLIVEIRA, A.C.M. A Evolução da Mulher no Brasil do Período da Colônia a República. *VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. São Cristovão-SE. Set.2012.

ORLANDI, P. O. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP. Pontes, 2000.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PERNAMBUCO. *I Plano Estadual de Políticas Públicas para as mulheres rurais de Pernambuco*. Secretaria Especial da Mulher. Recife, 2011.

PERNAMBUCO. *Relatório das atividades realizadas pela gerência geral de articulação e interiorização das ações de gênero no período de 2012 a 2016*. Recife, 2010.

PERNAMBUCO. *Lei n.º 14.492/2011, de 29 de novembro de 2011*. Institui o Chapéu de Palha - Pesca Artesanal, e dá outras providências. Recife, 2011a. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=150655>>. Acesso em: 24 Set 2017.

RABELO, C.L et al *Construção de Uma Agenda e Chapéu de Palha: estudo dos programas de 1988 e 2007.VII Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE* Outubro, 2013. p.14-23

RAMALHO, C.W.N. *Pescadores Artesanais e o Poder Público: Um estudo sobre a colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, Abr. 1999.

SANTOS. G. *Governança e Transversalidade de Gênero: O Programa Chapéu de Palha – Pesca Artesanal em Itapissuma – Pernambuco*. Dissertação para obtenção de Mestra no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, Abr. 2016.

SECRETARIA DA MULHER. *Mulheres Semeando Cidadania: Caderno de Políticas Públicas*. Recife, 2008.

SUCUPIRA, F. Divisão Sexual do Trabalho e o Tempo Cotidiano das Mulheres de Baixa Renda. *Ideias-Revista Instituto Filosofia e Ciências Humanas*. UNICAMP, v.7, nº1, p-15-40, jan/jul, 2016.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. 2016.

VASCONCELOS, M.L. Migração, violência e questões de gênero. In: *II Seminário Internacional - Repúblicas e Violência: Um Olhar das Mulheres*. Governo de Pernambuco. Secretaria da Mulher. Nov. 2014, p. 132-137.